

Uma reflexão sobre pós-colonialidade, decolonização e museus virtuais. O caso do Museu Virtual da Lusofonia

A reflection on post-coloniality, decolonization and virtual museums. The case of the Virtual Museum of Lusofonia

Vítor de Sousa¹

Edson Capoano²

Pedro Daniel Rodrigues Costa³

Carlos Alberto Máximo Pimenta⁴

Resumo: *O artigo trata de questionamentos sobre políticas culturais e formas de musealização, e como tais questões se adaptam ao processo de virtualização dos museus cuja intermediação dos bens simbólicos e culturais torna mais complexa a compreensão do fenômeno. Como referencial teórico, utiliza-se da pós-colonialidade e decolonialidade, que apontam como o discurso originado nos impérios coloniais deve ser superado, e a interculturalidade, com a qual se desmonta os discursos de ódio e favorece as trocas simbólicas efetivas entre o Norte e o Sul globais. Finalmente, traz-se considerações sobre consumo cultural circunscrito aos espaços museológicos, especificamente em museus virtuais, tendo como caso de estudo o Museu Virtual da Lusofonia (MVL), ambiente organizado segundo conceito pós-colonial da lusofonia, e que recentemente compõe um dos museus do Google Arts & Culture.*

1 Universidade do Minho (UMinho). Braga, Portugal.

<http://orcid.org/0000-0002-6051-0980> E-mail: vitorde Sousa@ics.uminho.pt

2 Universidade do Minho (UMinho). Braga, Portugal.

<http://orcid.org/0000-0001-6766-802X> E-mail: edson.capoano@ics.uminho.pt

3 Universidade do Minho (UMinho). Braga, Portugal.

<http://orcid.org/0000-0002-1223-6462> E-mail: pcosta7780@gmail.com

4 Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Itajubá, MG, Brasil.

<http://orcid.org/0000-0003-2815-7512> E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

Palavras-chave: *Museu Virtual da Lusofonia; políticas culturais; pós-colonialidade; decolonialidade; interculturalidade; Google Arts & Culture.*

Abstract: *The article deals with questions about cultural policies and forms of musealization and how these issues adapt to the virtualization process of museums, whose intermediation of symbolic and cultural goods makes understanding the phenomenon more complex. As a theoretical framework, it uses the post-coloniality and decoloniality, which point out how the discourse originated in colonial empires must be overcome, and interculturality, which dismantles hate speech and favors effective symbolic exchanges between the global North and South. Finally, it brings considerations about cultural consumption circumscribed to museological spaces, specifically in virtual museums, which the case study is the Virtual Museum of Lusophony (MVL), an environment organized according to the post-colonial concept of Lusophony, and which recently composes one of the museums from Google Arts & Culture.*

Keywords: *Virtual Museum of Lusophony; cultural policies; post-coloniality; decoloniality; interculturality; Google Arts & Culture.*

Introdução

Esta reflexão tem a temática da lusofonia como pano de fundo, com o foco do debate a partir do Museu Virtual da Lusofonia (MVL)⁵, numa proposição dentro do campo teórico-epistemológico pós-colonial.

Trata-se de questionamentos às políticas culturais sobre as formas de musealização e suas consequências no fortalecimento dos discursos de ódio (pautado no aumento dos partidos e movimentos de extrema-direita) e contra a valorização intercultural. Na Europa e no Norte Global essas manifestações se intensificam fundamentadas num suposto passado “heroico”, decorrente de impérios coloniais.

Interessa-nos tensionar os padrões hegemônicos construídos no campo político, sociocultural e econômico, com centralidade na área geográfica da infraestrutura que “subalternizou” partes outras desse processo, a qual promoveu cisão nas possibilidades de trocas efetivas interculturais.

Desse lugar de partida, estruturamos o texto em quatro partes: (i) os museus e seus processos de descolonização; (ii) a seara dos estudos pós-coloniais e decoloniais; (iii) os museus virtuais; (iv) o MVL como um caso de interculturalidade de lusofonia.

A descolonização dos museus

É um erro pensar que a diferença pode constituir-se em ameaça, já que o nosso mundo é constituído por uma imensa pluralidade. Tal narrativa se dá através de um discurso oficial da União Europeia, que assenta numa lógica multicultural, pressupondo o convívio de duas culturas estratificadas e hierarquizadas, o que pode ser curto para uma dinâmica intercultural, encarada enquanto processo.

5 “O Museu Virtual da Lusofonia (MVL) é uma plataforma de cooperação acadêmica, em ciência, ensino e artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, e se estende também à Galiza e à Região Autónoma de Macau, reunindo num esforço comum Universidades, com projetos de investigação e de ensino pós-graduado na área das Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais, assim como associações culturais e artísticas, todos interessados, universidades e associações, na construção e no aprofundamento do sentido de uma comunidade lusófona.”

O que se observa, no entanto, na Europa, bem como no resto do Norte Global, vai em sentido contrário, com o crescimento de partidos e movimentos de extrema-direita e a difusão de discursos contra a interculturalidade, assentes num passado histórico colonial “heroico”. É nesse contexto que se problematizam de forma crítica as políticas culturais, em especial as que são convocadas para este artigo, as formas de musealização, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, por insistirem em padrões centrados na área geográfica da infraestrutura, subalternizando outras partes integrantes do processo.

Em museus tradicionais, referimo-nos ao período colonial de vários países e da forma como são representadas as vidas em sociedade na época, sendo que as próprias instituições são um produto colonial pouco atualizado ao longo do tempo, o que mostram em seus acervos, curadoria e narrativa uma superioridade ocidental. Em nosso entender, isso contraria a ideia que lhes esteve na base, que vê os museus enquanto plataformas de educação cívica, fundamentadas em cultura material significativa, e que devem ser projetos de reflexão sobre patrimônio, história e civilização (SOUSA, 2020).

É por isso que propugnamos a existência de museus mais inclusivos e mais intervenientes no debate público, tendo em mente uma história que deve ser contada “de uma maneira menos simplista em que os ‘heróis’ também podem ser ‘vilões’” (CANELAS, 2019, p. 16).

Costuma, assim, referir-se que o primeiro passo para uma discussão séria sobre a descolonização do discurso sobre os museus passará pelo reconhecimento das responsabilidades (ou “culpa”) no próprio processo de colonização, ideia que é comungada por Chris Whitehead (CANELAS, 2019). Sem esse reconhecimento, não é possível aferir que trabalho se poderá fazer nos museus para promover a mudança, mesmo tendo presente que a maioria deles depende do poder político vigente, sendo este a determinar as eventuais mudanças.

Como forma de descolonizar os museus, Felwine Sarr, coautor do relatório sobre a restituição de obras de arte africanas entregue, em 2018, ao presidente da República francesa, Emmanuel Macron, reflete

no jornal *Le Monde*, sobre a transmissão da memória cultural e sobre uma nova ética baseada no respeito mútuo entre a África e o Ocidente. Observa que, na Europa, os museus são os herdeiros dos gabinetes de curiosidades, sendo pensados como o lugar onde o grupo se constitui e enuncia a sua identidade através dos objetos, sendo desde logo, “um museu do ‘nós’” (SARR, 2019, n.p.). Seguiu-se o momento das conquistas coloniais, em que Paris, por exemplo, se considerava o centro do universo e decidiu que todas as belezas do mundo deveriam lá encontrar-se. Ora, durante o período colonial constituíram-se os museus etnográficos, que fabricaram um discurso estereotipado sobre os outros, pelo que questiona se não estarão as suas funções primordiais comprometidas pela obsolescência (SARR, 2019).

É nessa perspectiva que Dan Hicks, no livro *The British Museums* (2020), apela para que os museus ocidentais devolvam os objetos saqueados nos dias violentos do império, durante o que denomina “guerra mundial zero”, como parte de um projeto mais amplo de abordar a dívida pendente do colonialismo.

Há alguns museus que vão integrando dinâmicas de descolonização nos seus processos, o que leva a questionar o que é que isso significa, para além de ser necessário saber-se quem tem o conhecimento certo em toda essa temática. Mais: como é que se podem abrir as coleções às pessoas dos países de onde os artefatos expostos são oriundos? Wayne Modest, especialista em cultura material, em entrevista ao *Público* (CANELAS, 2019), lembra que o que impede os museus de terem uma política mais séria de conteúdos em relação à temática da descolonização, decorre de uma forte crença nos sistemas de salvaguarda do património existente, “na maneira como nos dizem que as coisas têm de ser preservadas, inventariadas, estudadas” (2019, p. 18).

Por isso, de modo a contribuir para o debate sobre o MVL como proposta pós-colonial, consideramos necessário tratar do fato de que, na maior parte dos museus, parece ser consensual um discurso que ratifica o fato de que os objetos expostos pertencem aos brancos europeus, muito embora isso não corresponda inteiramente à verdade.

A lógica dominante, segundo Wayne Modest, mostra que muitos museus europeus já se veem como espaços cívicos, não obstante continuarem a privilegiar os brancos como o estereótipo do cidadão europeu, evidenciando práticas coloniais que excluem muitas pessoas. Os erros de hoje não têm que se manter no futuro, como é o caso de certos museus de etnologia que estão desenhados na perspectiva de um “nós” e não de um “eles”.

Nesse sentido, urge descolonizar os museus permitindo que a apresentação das coleções seja feita de forma diferente daquelas que são atualmente utilizadas, dando-lhes contexto e observando a forma em que os eventuais artefatos foram obtidos, para além de serem pensadas diferentes curadorias no que concerne às exposições temporárias. Ou, como assinala o historiador António Camões Gouveia, numa conversa conduzida por Marta Lança publicada no portal *BUALA*, “aquilo que existe nos museus e nos arquivos pode ser dito de outra maneira” (LANÇA, 2019).

Num esforço de síntese, uma abordagem trans-histórica poderia constituir-se num encontro “entre o antigo e o novo, objetos do passado e do presente, ligando herança e tradição, arte contemporânea e questões sociais”; e que “novas abordagens aos nossos pressupostos históricos, são espaços que permitem reacender as interpretações de objetos individuais em relação com os seus contextos e narrativas”; permitindo corrigir “o olhar histórico e ainda assombrado pelo arquivo colonial” (LANÇA, 2019, n.p.).

Os estudos pós-coloniais e os decoloniais

O MVL foi criado já longe do império colonial português, em plena pós-colonialidade (2013), por conseguinte, não tendo a tolhê-lo os constrangimentos vivenciados em relação aos ditos “museus tradicionais”, nomeadamente aqueles que têm um perfil etnológico. Assim, aquela estrutura partiu de uma reflexão mais assente nos estudos decoloniais e pós-coloniais, do que propriamente na perspectiva dos estudos

museológicos. O que pode transparecer alguma contradição, mas que, na prática, lhe confere uma melhor estruturação.

As críticas ao campo dos estudos pós-coloniais por parte do decolonialismo latino-americano partem, já, das origens epistemológicas do primeiro, “na medida em que a genealogia destes está localizada no pós-estruturalismo francês, e não na densa história do pensamento planetário decolonial” (MIGNOLO, 2017). De fato, é mais fácil para os intelectuais europeus aceitar o pensamento pós-colonial que o decolonial, uma vez que lhes é mais próximo, por meio dos migrantes do Terceiro Mundo, que a dos “europeus nativos” no Primeiro Mundo. Para além disso, na produção científica do Norte Global, a América-Latina e o Caribe estão ausentes ou ocupam um lugar marginal nos debates e textos centrais o que, no limite, deveriam “enfrentar as seduções e promessas da globalização neoliberal” (CORONIL, 2000, p. 107).

Apesar de a pós-colonialidade conter a colonialidade dentro de sua origem, pode diferenciar-se do que foi feito tradicionalmente no campo, com uma crítica ao paradigma da racionalidade e modernidade europeias.

A teoria pós-colonial não apenas descreve as desvantagens, mas também visa desconstruir as razões para a marginalização, a desigualdade e a evolução de um sentimento de alteridade, buscando, em última instância, propor caminhos para melhorar. (GANTER; ORTEGA, 2019, p. 262)

Na perspectiva posta, o pensamento pós-colonial tinha em vista contribuir para a desconstrução do “mito de uma ciência única e objetiva” (GANTER; ORTEGA, 2019, p. 262), apenas no que concerne nas suas vertentes de dominação social e econômica. O que não incluiria todo o ocidente (apenas as suas classes dominantes), difundindo-se na ideia de um etnocentrismo hegemônico ou de uma aristocracia classista excludente homogênea.

Além disso, haveria um ponto cego na análise de ambos os campos (QUIJANO, 2000; QUIJANO apud CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2016), sobre a denominação e exploração do Norte sobre o Sul,

fundada em uma estrutura etnoracial de longa duração, que desde o século XVI oferece um sistema hierárquico europeu contra outro, não europeu. Por isso, seria interessante incorporar uma nova abordagem que desse conta de ambas as reflexões, como a compreensão de que os processos analisados pelos campos decolonial e pós-colonial funcionam em rede (GROSFOGUEL, 2016, p. 16), integrando elementos complexos, heterogêneos, múltiplos, em um sistema-mundo de longa duração⁶. Dessa forma, os estudos decoloniais e pós-coloniais poderiam oferecer, juntos, maior complexidade de análise e de compreensão da realidade.

Como formas de exercer tal proposta conjunta entre os campos, cremos ser possível instalar as diferenças coloniais no centro do processo de produção de conhecimento (MIGNOLO, 2005). Evidenciando, assim, uma resistência simbólica (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2016), contrapondo a hegemonia do conhecimento do Norte, fomentando um “giro decolonial” (MIGNOLO, 2008), o qual abarque as instituições modernas, como a universidade, rumo a um ponto de inflexão em que a comunicologia latino-americana pode renovar os paradigmas teóricos, rompendo com a epistemologia da colonialidade e com os modelos do Norte Global (RIVERA, 2016).

A relação entre os estudos pós-coloniais e os estudos de mídia e comunicação se dá no papel da “produção local como recurso ante a colonização cultural e como forma de influenciar as correntes globais” (SUZINA, 2018, p. 25). O que passa pela comunicação comunitária, mídia comercial e até pela regulação do setor mediático na América Latina, com o fim de “intervir na composição da narrativa, na possibilidade de transformar a narrativa hegemônica” (TORRES, 2008, p. 28).

Já Escobar (2005) faz questionamento relevante diante das tendências na geografia pós-estruturalista, o qual nos auxilia pensarmos o lugar da natureza e a natureza do lugar a partir dos discursos da globalização advindos do “capitalcentrismo”, no sentido de que a construção teórica do pós-desenvolvimento situa o capitalismo no centro da narrativa do

6 Tal como uma *hetetarquia* (KONTOPOULOS, 1993, in CASTRO-GÓMEZ y GROSFOGUEL, 2016).

desenvolvimento. O que pressupõe recusas, desvalorizações e marginalizações de outras e novas formas de desenvolvimento fora dessa lógica cêntrica.

Ultrapassar tal lógica suscita a descolonialização dos lugares, do “centro” e da “periferia”, e incorporar práticas, plataformas e linguagens efetivas de trocas interculturais que se configuram em pilares imaginados em campos de disputas “não cêtricos”. Para esse exercício, Mignolo (2008) advoga pela necessidade de combinarmos desobediência civil com desobediência epistêmica, enquanto esforço pela opção descolonizadora, o que começa por uma revisão avassaladora da história, museus e memória para imaginarmos coisas, formas, valores e visão de mundo ao passado, presente e futuro.

Os museus virtuais

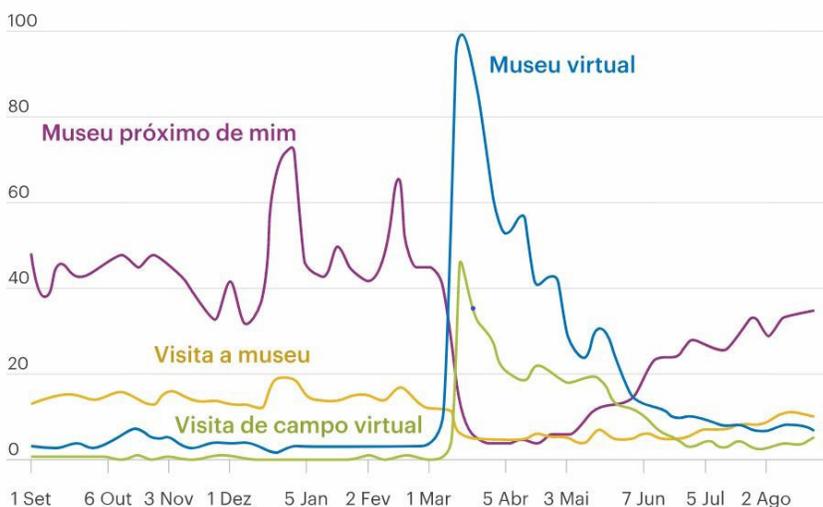
No que concerne à “virtualização” dos museus enquanto modo de adaptação à atual contingência sociotécnica, essa dinâmica aparece como uma base para uma possível mudança de paradigma no consumo de arte e cultura, graças às potencialidades assentes nas novas tecnologias de comunicação e informação. Pois se o consumo de arte e cultura já expande as fronteiras do que se entende por experiência de consumo, ele deriva da interação entre um ente subjetivo, o consumidor, e um ente objetivo, o produto, em um determinado contexto (ADDIS, 2005).

Em outros termos, o consumo de cultura por museus virtuais permite ao ente subjetivo que interaja e compartilhe sua experiência graças às ferramentas multimídia, podendo alcançar assim o nível do que Ak-sakal (2014) chama de “edutenimento”. Com a interatividade gerada pelas novas tecnologias de comunicação no processo de consumo museológico, como é no caso dos museus virtuais, a obra cultural exposta virtualmente responde às demandas do consumidor, já chamado de “interator” por conta disso (TANG; WU; ZHANG, 2020).

Acrescido da competência de compartilhamento dos suportes que compõem os museus virtuais, pode-se dividir (*sharing*) a experiência museológica de várias formas, desde a obra virtualizada em si, através do

nosso registro em forma de opinião, podendo ser consumido por qualquer outro indivíduo que tenha acesso ao ambiente virtual e esteja em uma mesma rede social digital. No contexto da pandemia de Covid-19 em 2020, por exemplo, houve o crescimento exponencial da visita a museus virtuais, o que pode se estabilizar em altos níveis depois que o denominado “novo normal” (seja lá o que isso for) se estabelecer (RAPOSO, 2020):

Figura 1 - Tendências de procura mundial sobre museus em motor de busca, entre 1 de setembro de 2019 e 28 de agosto de 2020. Percentagem relativa ao 100 definida pelo maior acesso (museu virtual).



Fonte: Google Trends. In: JORNAL PÚBLICO, 6 set. 2020.

Todavia, existem muitas críticas à virtualização dos museus, como em um dos primeiros trabalhos sobre o tema, “The museum of the third kind” (ASCOTT, 1996), em que se discute o que é um museu virtual e quais as consequências da mediação indireta/remota com a obra, a dissociação do objeto museológico de sua aura (MUCHACHO, 2005, p. 579), ou a banalização do conceito de museu para qualquer iniciativa de compilação artística na web (MAGALDI; SCHNEIDER, 2010).

Entretanto, dado que “aplicações multimídia, conectividade e interatividade tornam a tecnologia uma variável (não um meio) cujos efeitos enriquecem a experiência e seu valor” (ADDIS, 2005), é inegável que os museus virtuais criam uma nova realidade na comunicabilidade entre o museu e o seu público (MUCHACHO, 2005, p. 581):

O museu virtual é essencialmente um museu sem fronteiras, capaz de criar um diálogo virtual com o visitante, dando-lhe uma visão dinâmica, multidisciplinar e um contacto interativo com a coleção e como espaço expositivo. Ao tentar representar o real cria-se uma nova realidade, paralela e coexistente com a primeira, que deve ser vista como uma nova visão, ou conjunto de novas visões, sobre o museu tradicional. (2005, p. 582)

Após a definição de Lewis (1996) sobre o que é museu virtual para a *Encyclopaedia Britannica*⁷, em que fica clara a distinção através do que é um acervo real e o que é virtual, Schweibenz (1998) avança com o conceito, tratando o museu virtual como

(...) uma coleção logicamente relacionada de objetos digitais compostos em uma variedade de mídias e, por sua capacidade de fornecer conectividade e vários pontos de acesso, se presta a transcender os métodos tradicionais de comunicação e interação com os visitantes. Flexível em relação às suas necessidades e interesses; não tem lugar ou espaço real, seus objetos e as informações relacionadas podem ser disseminados por todo o mundo. (1998, p. 131)

Desde o início da experiência de consumo de arte e cultura em museus, a experiência sempre extrapolou para fora dos muros dos edifícios tanto em ambientes *on-line*, como se apresentou anteriormente, quanto *off-line*, na vida dos frequentadores (JAFARI et al., 2013, p. 1742), é preciso compreender em que contexto cultural está inserido um museu, seja virtual ou não. Portanto, virtuais ou não, os museus são considerados lugares de memória, responsáveis por disseminarem uma representação de determinada

7 “Uma coleção de imagens gravadas digitalmente, arquivos de som, documentos de texto e outros dados de interesse histórico, científico ou cultural que são acessados por meio de mídia eletrônica. Um museu virtual não abriga objetos reais e, portanto, carece da permanência e das qualidades únicas de um museu na definição institucional do termo.” (LEWIS, 1996)

“realidade”. As narrativas construídas para expressar essa realidade escolhida dependem dos objetivos, metodologia e experiência das equipes de cada setor cultural, bem como dos objetivos e capacidades das instituições.

Mas é fato que as experiências permitidas pelas novas tecnologias da comunicação e informação potencializam a revisão das questões museológicas, tanto as conceituais (como a das colonizações discutidas neste artigo), quanto paradigmas como o da participação do público, com a visitação presencial em museus, além de outros recursos permitidos pelos suportes digitais, como a customização, a interatividade e a navegabilidade (SUNDAR et al., 2015). Nelas, pode-se aproximar de detalhes da obra de arte com câmeras de alta definição, permite-se ver o acervo em ambientes virtuais graças a vídeos com tecnologia 360°, ou ter informações em texto, áudio ou vídeo ao mesmo tempo que se contempla a obra real, por meio de óculos 3D e a narrativa da realidade aumentada.

No que respeita ao Google Arts & Culture (A&C), um agregador de peças museológicas do mundo todo, tal como um “museu dos museus”, ou um metamuseu (TANG; WU; ZHANG, 2020), a plataforma digital permite que os museus virtuais vinculados ou físicos com acervos virtualizados aproveitem das potencialidades da plataforma. Lançado em 2011 como Google Art Project, oferece visitas virtuais a centenas de museus, seus acervos e exposições, sem interferência curatorial, segundo a Google, sobre a disponibilização do conteúdo externo em sua plataforma.

No nosso estudo de caso, o MVL integra o GA&C desde 4 de setembro de 2020, disponibilizando imagens em alta resolução e vídeos de seu acervo, o que aumenta o seu alcance de público a uma escala global⁸. Além disso, o metamuseu do Google possui ferramentas para novas experiências imersivas, como o Live View in Street View, que

8 Como o Museu Virtual da Lusofonia já existia antes da integração com o Google, detinha características próprias antes de se integrar à plataforma GA&C. Segundo Lima e Mendes (2009), haveria três categorias de museus virtuais: os que existem através de meios de comunicação virtual, sem homólogos ou correspondentes em meio físico; os que possuem homólogos ou correspondentes em meio físico; e os sem correspondente em mundo físico, mas cujas coleções são homólogos ou correspondentes do mundo físico, digitalmente convertidas. Este último é o caso do Museu Virtual da Lusofonia.

emula a sala real onde a obra está exposta, ou o recurso “Art Camera”, que conduz o espectador a ver detalhes da obra – que talvez não fosse possível presencialmente. Há também outras entradas a partir de novas formas de participação, uma vez que, instalado em uma poderosa plataforma como a do Google, ao acervo inserido no GA&C são permitidos critérios de compartilhamento, desde autorretratos junto às obras, graças a uma ferramenta *selfie*, até a transposição da peça artística em ambientes físicos, graças ao mesmo recurso 3D, popularizado pela aplicação da Nintendo, o Pokémon GO.

A lusofonia como proposta de interculturalidade: o caso do MVL

A metáfora da circum-navegação constitui uma forma criativa de caracterizar a experiência contemporânea, que é, afinal, uma experiência tecnológica (HUGON, 2010). Permite pensar a travessia como uma experiência humana em rede e em que mais facilmente circulam os “intelectos contingentes” dominantes (COSTA, 2020). As atuais circunstâncias são as de um mundo mobilizado nas suas diversas práticas por toda a espécie de tecnologias, sobretudo por plataformas móveis de comunicação, informação e lazer, por novas formas de interação social e por modelos emergentes de interação e associação.

Figura 2 – Página inicial do Museu Virtual da Lusofonia.



Fonte: Autoria própria.

O caso do MVL (Figura 2, ilustração anterior), contribui para a elaboração de uma cartografia intercultural no mundo lusófono, de lugares hipermediados (BOLTER; GRUSIN, 1996), pontos onde a mediação tecnológica favoreça estados imersivos, deslocamentos geográficos, trocas sociais, travessias sensoriais e evasões imaginárias.

A circum-navegação tecnológica que colocamos em perspectiva, destina-se a ser alojada na plataforma do MVL, que faz parte de uma estratégia tendente à ordenação simbólica do mundo, através de redes transculturais e transnacionais de conhecimento, abertura à diversidade das línguas e das culturas, e se colocam os problemas de língua hegemônica e de subordinação política, científica, cultural e artística (MARTINS, 2018a, 2018b).

O ponto de vista adotado para essa travessia tecnológica é o de que uma grande língua de culturas e de pensamento, como é a língua portuguesa, não pode deixar de estar nos “intelectos contingentes” (COSTA, 2020) e por isso não pode deixar de ser, igualmente, uma grande língua de conhecimento, humano e científico (MARTINS, 2014), independentemente da violência colonial que lhe está associada.

Para concretizar esse processo, e já inscrito no GA&C desde setembro de 2020, o MVL propõe o mapeamento das dinâmicas interculturais

resultantes da colonização portuguesa através da eventual preservação desses vestígios tangíveis e da correspondente da reutilização na atualidade (COSTA, 2019).

Em síntese, na investigação que nos propomos desenvolver, pretende-se atuar em cinco eixos: nos marcos de memória, através do levantamento, identificação e análise das estátuas, ruas, esculturas e memoriais que representem a presença dos portugueses; nos marcos linguísticos, através do levantamento, identificação e análise de documentos (livros, revistas, artigos, entre outros registos escritos) que relacionem a presença de portugueses na cultura local; nos marcos socioculturais, através do levantamento e descrição de rituais e outras práticas socioculturais comuns, percebendo a dinâmica intercultural; na aplicação de inquéritos em postos estratégicos do espaço lusófono; e na alimentação da atual plataforma interativa do MVL.

O MVL exclui a ideia de que com o processo de globalização se deu meramente um fenômeno econômico, apontado para a integração eletrônica dos mercados financeiros, estando o seu desenvolvimento ligado às tecnologias de informação e comunicação (GIDDENS, 2004). Não é somente assim: através da Internet (dos navegadores, *sites* e hospedagens), utilizam-se referências de viagem e deambulação, convidando-nos a ceder ao apelo do mar aberto (através da Web), a um impulso que habita o sernômade, moldado pela revolução tecnológica (COSTA, 2013; HUGON, 2010).

Não “negamos” que ocorreu um processo de unificação do mundo por meio da expansão do capitalismo, mas, também, se diversificou, referenciado por resistências e adaptações diversas (SAHLINS, 1993). Com os olhos colocados nos fenômenos de uniformidade e fragmentação que a globalização cosmopolita provoca, esta circum-navegação tecnológica vai em sentido contrário, privilegiando os resultados assentes numa possibilidade intercultural, transcultural, crítica e inclusiva (MARTINS, 2018).

Assume-se no MVL que a “globalização multiculturalista” poderá contrariar a “globalização cosmopolita”, enquadrando assim uma

Lusofonia inclusiva, assente numa globalização do que é diverso, do que é diferente, feita pela mistura, pela diversidade de etnias, línguas, memórias e tradições (MARTINS, 2017). Em que se destaca a ideia de que uniformidade não é o mesmo que homogeneidade (BAYLY, 2004), e em que só a afabilidade com o “outro” permitirá despertar o sentido da humanidade (KAPUSCINSKI, 2006).

A questão de como os habitantes dos países anteriormente colonizados e os ex-colonizadores representam o passado colonial (LICATA et al., 2018) e o reciclam é uma questão fundamental para entender a cartografia lusófona resultante da circum-navegação tecnológica proposta.

No MVL se privilegia o conceito de interculturalidade (COSTA, 2019), que se distingue da noção de multiculturalidade, que pressupõe apenas o convívio de duas culturas estratificadas e hierarquizadas. Por conseguinte, a interculturalidade distancia-se da dinâmica lusotropical, associada à colonização portuguesa, onde era sublinhado um recorte unidimensional, de quem detinha o poder (ABADIA et al., 2016; CABECINHAS, 2007; CABECINHAS; FEIJÓ, 2010; MARTINS, 2015; SOUSA, 2017). Por isso, o MVL considera a interculturalidade enquanto processo, o que significa que nele participam várias pessoas com desigualdades várias, transcendendo qualquer retórica multicultural (CABECINHAS; CUNHA, 2018).

A expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI foi um processo que se abriu à alteridade, à diversidade e ao conhecimento do outro, mas que fracassou ao assimilar e destruir toda a diferença, produzindo o colonialismo. É nesse sentido que deixar de considerar as diferenças entre histórias coloniais e processos de colonização pode levar a impor sobre um povo a narrativa pós-colonial de um outro, como assinala Ana Paula Ferreira (2007).

Nessa crise de paradigmas, o plano identitário integra um processo mais amplo de mudança que, segundo Stuart Hall (2000), abala os quadros de referência que antes pareciam dar aos indivíduos uma certa estabilidade. Homi Bhabha (1998) fala mesmo de espaços interculturais híbridos.

No que diz respeito à lusofonia, o MVL propõe a desconstrução, junto dos seus protagonistas, dos equívocos decorrentes de uma história da relação entre um “eu” colonial e um “outro” colonizador (MARTINS, 2014). Para que não se transforme em qualquer “lusofonia” (COUTO, 2009).

Neste sentido, o MVL esboça um reimaginar da lusofonia, descolonizando as mentes dos seus protagonistas (NGUGI WA THIONG’O et al., 1986; MBEMBE, 2017), de forma a permitir ultrapassar esses equívocos e dirimir ressentimentos (FERRO, 2009). Como refere Margarida Calafate Ribeiro (2016), não se trata apenas de descolonizar a linguagem das grandes narrativas europeias, a que apelava Edward Said, mas de descolonizar as pessoas, descolonizar o descolonizador e a sua imagem e descolonizar o descolonizado e a sua imagem, dirimindo ressentimentos, sentidos de superioridade e/ou de inferioridade, bem como de imaginários ideológicos.

A lusofonia é entendida no MVL como uma visão pós-colonial que decorre da colonização portuguesa em relação aos países hoje autodefinidos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). Apesar dos equívocos em que navega, não a olhamos numa dinâmica lusocêntrica, uma vez que não tem o jugo da “portugalidade” a pesar-lhe sobre seus ombros, como acontecia no período colonial. Trata-se de um termo inscrito na área cultural, mesmo que seja necessário um exercício tendente a dismantlar os seus mal-entendidos (MARTINS, 2014).

O MVL surgiu então desse intenso debate em 2016, tendo sido desenvolvido e promovido pelo CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho, Braga, Portugal), no quadro do seu projeto estratégico financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Governo de Portugal), aproveitando o fato de a Língua Portuguesa ser a quarta língua mais falada no mundo, sendo utilizada por mais de 260 milhões de pessoas. De acordo com projeções das Nações Unidas, em 2050 haverá perto de 400 milhões de lusofalantes, número que crescerá para os 500 milhões no final do século (RETO et al., 2016).

Por outro lado, o português é a terceira língua do mundo mais utilizada na internet, fato que valoriza a língua no contexto das novas tecnologias do presente e do futuro. São dados que pesaram no desenho do Museu Virtual da Lusofonia enquanto plataforma virtual, aproveitando o lastro que a digitalização permite no encontro de culturas no quadro da lusofonia, desenvolvida com o olhar centrado na promoção da interculturalidade, tendo emergido, por conseguinte, de forma já descolonizada e em consonância com a proposta de definição de museu do ICOM – Conselho Internacional de Museus.

O MVL surge enquanto plataforma de cooperação acadêmica em ciências, ensino e artes, no espaço dos países de língua portuguesa e suas diásporas, que se estendem à Galiza e Macau, onde na sua “missão” pode ler-se a intenção de promoção do conhecimento por parte dos países lusófonos das suas inúmeras formas de expressão artística e cultural, que devem ser reunidas, preservadas e difundidas, quer dentro do contexto lusófono, quer a nível internacional.

Trata-se de um espaço descolonizado que pretende ser um mecanismo que convida à participação ativa dos cidadãos, disponibilizando registos, comentando as “obras” preservadas no museu e (re)construindo uma memória coletiva. O que passa pela problematização da forma como o passado colonial pesa nas relações interculturais nos dias de hoje, quer no lado do colonizador, quer no dos ex-colonizados, permitindo que os seus habitantes olhem para o passado como forma de construir dinâmicas de futuro.

De acordo com as finalidades que apresenta, salienta-se a intenção de articulação das competências da tecnologia digital com a preservação, pesquisa e divulgação do património histórico-cultural lusófono, bem como uma contribuição para a ampliação do conhecimento recíproco entre os países lusófonos, aproximando os seus povos e permitindo a construção de um futuro mais informado, onde prevaleça o diálogo intercultural e o respeito pela herança cultural e a singularidade do outro.

A participação dos cidadãos, ainda na fase inicial, começa no período de construção das coleções do museu. O MVL espera que o recolhimento

de “obras” a serem registradas no museu (fotografias, registros sonoros, registros audiovisuais, textos, músicas, registros dos patrimônios arquitetônico e etnográfico etc.) seja feito junto das populações dos países lusófonos com a sua participação ativa; o registro de histórias e estilos de vida seja feito o mais próximo possível de todos os grupos sociais dos países lusófonos; que todo o trabalho de levantamento e análise envolva ativamente profissionais da educação, políticos, agentes culturais e artísticos, jornalistas e outros profissionais da mídia, historiadores, sociólogos e investigadores de comunicação⁹.

Considerações finais

Os museus com coleções etnográficas estão cheios de fragmentos do mundo. Como refere Joaquim Pais de Brito (2016), com eles se construiu parte do conhecimento que deu corpo à antropologia, a disciplina que lhes está na origem e que com eles se desenvolveu. As coleções tinham um recorte evolucionista, evidenciando os estágios de evolução das culturas e dos povos, sendo que a cultura europeia era colocada num patamar superior, uma vez que se partia do princípio que já tinha atingido o nível máximo de civilização. Nos últimos 30 anos, alguns dos museus mais importantes do mundo foram alterando a sua designação, deixando de ser conhecidos pelas especialidades de antropologia, etnologia e etnografia, ou mesmo de artes e tradições populares, para passarem a designar-se por museus das culturas do mundo, ou museus das civilizações. É a própria ideia de museu tal como foi construído pelo olhar do Ocidente, e no modo como foi acumulado o seu acervo, que é posta em causa.

Na atualidade, a questão que se coloca é de que forma é que os museus vão representar o “outro”. E o cenário é, também ele, complexo, pois como assinala Mónica Ferro diretora do Fundo das Nações Unidas para a População, “a grande crise dos nossos tempos é esta incapacidade

9 Informações constantes do portal do Museu Virtual da Lusofonia. Disponível em: <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/>.

de nos pormos no lugar do outro” (CARVALHO, 2019, n.p.), o que faz com que o diálogo intercultural sofra ainda mais constrangimentos.

Na prática, o papel do ativismo curatorial, levando em consideração a aprendizagem de que todo processo de descolonização, não acontece por si só. O ativismo consolida-se como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística – nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística. Ativismo é um neologismo conceitual ainda de instável consensualidade, quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polêmicas, entre arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão (RAPOSO, 2015).

No conjunto, traduz-se em um processo que não pode configurar-se numa dinâmica a-histórica, tendo em conta que o seu desenvolvimento tem que ter em atenção considerar o contexto em que os acontecimentos tiveram lugar, dando passos em frente, mas promovendo uma contextualização que evite o presentismo (TORGAL, 2015), para além do anacronismo.

Dessa prospecção, o MVL, enquanto criação pós-colonial, nascido de forma descolonizada, pode contribuir para a promoção da diversidade, reconfigurando identidades, e para o incremento das relações interculturais no século XXI.

Trata-se de um processo que não é linear, nem simples, já que o peso do passado colonial ainda pesa na atualidade e é visível nas partes que o integram. Daí a necessidade de descolonização mental, que se faz sentir de forma prática nos museus, mas que, em Portugal, ainda que integrante do Sul Global, também lhe salta à vista nos manuais escolares de história, que refletem uma visão lusotropicalista de excepcionalidade lusa, que não deixa afinal de refletir o que se passa na sociedade.

A luta se estabelece no exercício de fortalecimento de uma visão da lusofonia inclusiva e descentrada, longe de dinâmicas lusocêntricas, mas assentes na diversidade.

Referências

- ABADIA, L. *et al.* Interwoven migration narratives: identity and social representations in the Lusophone world. *Identities*, v. 25, n. 3, p. 339-357, 2018.
- ADDIS, M. New technologies and cultural consumption – edutainment is born! *European Journal of Marketing*, 2005.
- AKSAKAL, N. Theoretical view to the approach of the edutainment. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, v. 186, p. 1232-1239, 2015.
- ANTOINE-FAÚNDEZ, C. D.; CARMONA-JIMÉNEZ, J. Museos y jóvenes: entre la incomprensión y el desencanto. Percepciones y argumentos juveniles sobre el consumo cultural de museos en Chile. *Arte, Individuo y Sociedad*, v. 27, n. 2, p. 259-274, 2014.
- ASCOTT, R. The Museum of the third kind. *Intercommunication*, Tokyo, n. 15, 1996.
- BAYLY, C. *The Birth of the Modern World, 1780-1914: Global Connections and Comparisons*. Oxford: Blackwell, 2004.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Minas Gerais: Ed. UFMG, 1998.
- BISBAL, M. *De cultura, comunicación y consumo cultural*. Una misma perspectiva de análisis. 2001. Disponível em: <https://addi.ehu.es/bitstream/handle/10810/40777/6098-22472-1-PB.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 set. 2020.
- BOLTER, J. D.; GRUSIN, R. A. Remediation. *Configurations*, v. 4, n. 3, p. 311-358, 1996.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A.; SCHNAPPER, D. *The love of art: European art museums and their public*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- BRITO, J. P. Museus e interrogações num mundo global. In: CURTO, D. R. (Org.). *Estudos sobre a globalização*. Lisboa: Edições 70, p. 509-515, 2016.
- CABECINHAS, R.; CUNHA, L. Introdução. *Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade*. CECS – Publicações/eBooks, p. 7-12, 2018.
- CABECINHAS, R.; FEIJÓ, J. Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence* v. 4, n. 1, p. 28-44, 2010.
- CABECINHAS, R. *Preto e branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras, 2007.
- CANELAS, L. Para eles os cidadãos são os europeus brancos. *Público*, Ípsilon, p. 16-19, 23 ago. 2019.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global (Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007); and Walter Dignolo and Arturo Escobar, eds. *Globalization and the Decolonial Option*, 2016. Disponível em: https://monoskop.org/images/d/da/Mignolo_Walter_D_Escobar_Arturo_eds_Globalization_and_the_Decolonial_Option_2009.pdf. Disponível em: 11 set. 2020
- CARVALHO, C. *A crise do nosso tempo é esta incapacidade de nos pormos no lugar do outro*. Diário de Notícias. [Online]. 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/a-crise-do-nosso-tempo-e-esta-incapacidade-de-nos-pormos-no-lugar-do-outro-11275877.html>. Acesso em: 11 set. 2020.

- CORONIL, F. *Natureza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo*. Lecturas de metodología de las ciencias sociales. p. 71, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/download/32348691/Lecturas_de_Metodologia_de_las_Cs_Soc_VOL_I.pdf#page=71. Acesso em: 11 set. 2020.
- COSTA, P. D. R.. *Entre o ver e o olhar: ecos e ressonâncias ecrânicas*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2013.
- COSTA, P. D. R. Eu sou tu. Tu és intelecto contingente. In: Neves, J. P.; COSTA, P. R.; MASCARENHAS, P.; SALGADO, V. *Eu sou tu*. Experiências ecrânicas. Braga: Edições Cecs (no prelo), 2020.
- COUTO, M. Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes. In: COUTO, M. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Lisboa: Caminho, 2009. p. 183-198.
- ESCOBAR, A. *Movimientos sociales, activismo intelectual y luchas del lugar*. Comentario Internacional: Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales (Quito), n. 7, p. 195-208, 2005.
- FERREIRA, A. P. Specificity without exceptionalism: towards a critical Lusophone postcoloniality. In: *Lusophones literatures and postcolonialism*. Utrecht: University of Utrecht, Portuguese Studies Center, 2007. p. 21-40.
- GANTER, S. A.; ORTEGA, F. The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, v. 13, p. 24, 2019.
- GIDDENS, A. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- KAPUSCINSKI, R. *O outro*. Porto: Campo das Letras, 2009.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 102 p.
- HICKS, D. *The Brutish Museums. The Benin Bronzes, Colonial Violence and Cultural Restitution*. London: Pluto, 2020.
- HUGON, S. *Circumnavigations: L'imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. CNRS Ed., 2010.
- JAFARI, Aliakbar; TAHERI, Babak; VOM LEHN, Dirk. *Cultural consumption, interactive sociality and the museum*. In: *New Directions in Consumer Research*. London: SAGE Publications Ltd, 2015. p. 129-154.
- LANÇA, M. Aquilo que existe nos museus e nos arquivos pode ser dito de outra maneira, conversa com António Camões Gouveia. *Buala*, 2019, 14 jan. 2019.
- LEWIS, Geoffrey. *Virtual museum*. Encyclopaedia britannica online, 1996. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/museum-cultural-institution>.
- LICATA, L. et al. Social representations of colonialism in Africa and in Europe: Structure and relevance for contemporary intergroup relations. *International Journal of Intercultural Relations*, v. 62, p. 68-79, 2018.
- LIMA, D. F. C.; MENDES, P. B. Virtual Museum: identifying models through a conceptual study and Museology practices. In: DESVALLÉS, A. (Dir.). *Museology: Back to basics*. ICOM, ICOFOM Study Issues, v. 38. 2009. p. 237-249.

- MACEIRA OCHOA, Luz. Género y consumo cultural en museos: análisis y perspectivas. *Revista de Estudios de Género. La ventana*, v. 3, n. 27, p. 205-230, 2008.
- MAGALDI, M.; SCHEINER, T. Reflexões sobre o museu virtual. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2010, Rio de Janeiro. *Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação*.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 61-72, 2008.
- MARTÍN-BARBERO, J. El cambio en la percepción de los jóvenes. Socialidades, tecnicidades y subjetividades. In: MORDUCHOWICZ, R. *Los jóvenes y las pantallas: nuevas formas de sociabilidad*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- MARTINS, M. L. Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, N. (Org.). *Língua Portuguesa e Lusofonia*. São Paulo: EDUC – IP-PUC. 2014. pp. 15-33.
- MARTINS, M. L. (Coord.). *Lusofonia e interculturalidade - promessa e travessia*. Fama-lição: Húmus. 2015.
- MARTINS, M. L. Da obsessão da portugalidade aos equívocos e possibilidades da lusofonia. In: SOUSA, V. *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Fama-lição: Húmus/CECS. 2017. p. 9-20.
- MARTINS, M. L. A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 3-11, jan.-mar. 2018.
- MARTINS, M. L. Descobertas/Descobrimientos e Expansão. Viagem e Travessia. Portugalidade e Lusofonia. *Correio do Minho*. 6 abr. 2018b. Disponível em: <https://correiodominho.pt/cronicas/descobertas-descobrimientos-e-expansao-viagem-etravessia-portugalidade-e-lusofonia/9812>. Acesso em: 11 set. 20.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: MIGNOLO, W. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 71-103, 2005.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- MIGNOLO, W. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, v. 34, p. 287-324, 2008.
- MOHEDANO, F. O.; MARTÍN, I. G.; PELÁEZ, M. E. P. Hábitos de uso y consumo de la audiencia de los museos. La encrucijada comunicativa revelada. *Fonseca, Journal of Communication*, n. 20, p. 35-53, 2020.
- MUCHACHO, R. *O Museu Virtual: as novas tecnologias e a reinvenção do espaço museológico*. Biblioteca online de ciências da comunicação. 2005. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/muchacho-rute-museu-virtual-novas-tecnologias-reinvencao-espaco-museologico.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

- NGUGI WA THIONG'Oet al. *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. London: J. Currey, 1986.
- PINEDA, P. C. Los museos de ciencias y el consumo cultural: una mirada desde la comunicación. *Editorial UOC*, 2010.
- POVEDA, J. C. et al. Economía de los bienes simbólicos y estudios de público en museos: Propuesta metodológica para entender el consumo de la cultura. *NOVUM*, v. 2, n. 9, p. 122-146, 2019.
- QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. 2000. Disponível em: <https://www.uv.mx/jose-marti/files/2018/08/Anibal-Quijano-Colonialidad-del-poder.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- RAPOSO, L. O “*novo normal*” dos museus. *Jornal Público*, 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/06/culturaipsilon/noticia/novo-normal-museus-1930509>. Acesso em: 10 set. 2020.
- RAPOSO, P. “Artivismo”: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*, vol. 4, n. 2, 2015.
- RIBEIRO, M. C. *A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais? Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Afrontamento, 2016. p. 15-42. Disponível em: <https://bit.ly/2FeYQQ2>. Acesso em: 11 set. 2020.
- RIVERA, C. A. M. Introducción: Apuntes sobre descolonización epistémica en el pensamiento comunicológico regional. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 131, p. 39-46, 2016.
- SAHLINS, M. Goodby to tristes tropes: Ethnography in the context of modern world history. *The Journal of Modern History*, v. 65, n. 1, p. 1-25, 1993.
- SARR, F. En finir avec le musée “ethnographique” qui fabrique un discours sur “les autres”. *Le Monde Online*, France, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3hrjzNf>. Acesso em: 11 set. 2020.
- SCHMILCHUK, G. Públicos de museos, agentes de consumo y sujetos de experiencia. *Alteridades*, v. 22, n. 44, p. 23-40, 2012.
- SCHWEIBENZ, W. *The “Virtual Museum”*: New Perspectives For Museums to Present Objects and Information Using the Internet as a Knowledge Base and Communication System. *ISI*, v. 34, p. 185-200, 1998.
- SOUSA, V. *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2015.
- SOUSA, V. *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. Ribeirão: Húmus/CECS-Universidade do Minho, 2017.
- SOUSA, V. Memory as an interculturality booster in Maputo, through the preservation of the colonial statuary. *Comunicação e Sociedade*, special vol., p. 269-286, 2019.
- SOUSA, V. O passado colonial como problema não encerrado na contemporaneidade. A descolonização mental como possibilidade intercultural. O caso do Museu Virtual da Lusofonia. *Escribanía*, v. 18, n. 1, p. 45-61, 2020.

SUNDAR, S. Shyam et al. Communicating art, virtually! Psychological effects of technological affordances in a virtual museum. *International Journal of Human-Computer Interaction*, v. 31, n. 6, p. 385-401, 2015.

SUZINA, A. C. O direito de informar e comunicar na América Latina. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)*, v. 2, n. 9, p. 25-29, 2018.

TANG, K.; WU, S.; ZHANG, K. What kind of interface the Google Arts & Culture is? Art and Media Interfaced. CCTP-802, Spring 2020. Disponível em: <https://blogs.commonsgorgetown.edu/cctp-802-spring2020/2020/04/14/what-kind-of-interface-the-google-arts-culture-is/>. Acesso em: 11 set. 2020.

TORGAL, L. R. *História, que História?* Notas Críticas de um historiador. Lisboa: Círculo de Leitores. 2015.

Sobre os autores

Vítor de Sousa – Doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural) pela Universidade do Minho. Mestre (especialização em Educação para os Media) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre os seus interesses de investigação constam as questões em torno da identidade nacional, estudos culturais, educação para os média e teorias de Jornalismo. É investigador do CECS, onde integra o Grupo de Estudos Culturais, membro do Projeto Cultures Past & Present – “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?” (FCT/Aga Khan) e do Museu Virtual da Lusofonia. No presente artigo, o autor refinou as discussões sobre museologia, pós-colonialidade e lusofonias.

Edson Capoano – Doutor em Ciências pelo PROLAM-USP. Mestre em Comunicação e Semiótica e bacharel em Jornalismo pela PUC-SP. Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. No presente artigo, o autor apontou semelhanças e diferenças dos estudos pós-coloniais (perspectiva latino-americana).

Pedro Daniel Rodrigues Costa – Concluiu o seu B.A. em Sociologia pela Universidade do Minho em 2007. Concluiu a sua Dissertação de Mestrado em Sociologia do Trabalho e das Organizações no Instituto de Ciências Sociais da mesma universidade em 2009. O Doutoramento foi obtido em 2013. Desde

2008 é investigador no CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho, Braga, Portugal). No presente artigo, o autor escreveu a introdução, efetivou as amarrações textuais, bem como os ajustes críticos e revisionais do texto.

Carlos Alberto Máximo Pimenta – Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG/DTecS), na Universidade Federal de Itajubá. No presente artigo, o autor escreveu a introdução, efetivou as amarrações textuais, bem como os ajustes críticos e revisionais do texto.

Data de submissão: 11/09/2020

Data de aceite: 03/12/2020